

# CONQUISTAS & LEGADOS



# CONQUISTAS & LEGADOS



## EXPEDIENTE:

**Texto e Concepção:** Marco Antonio Villa

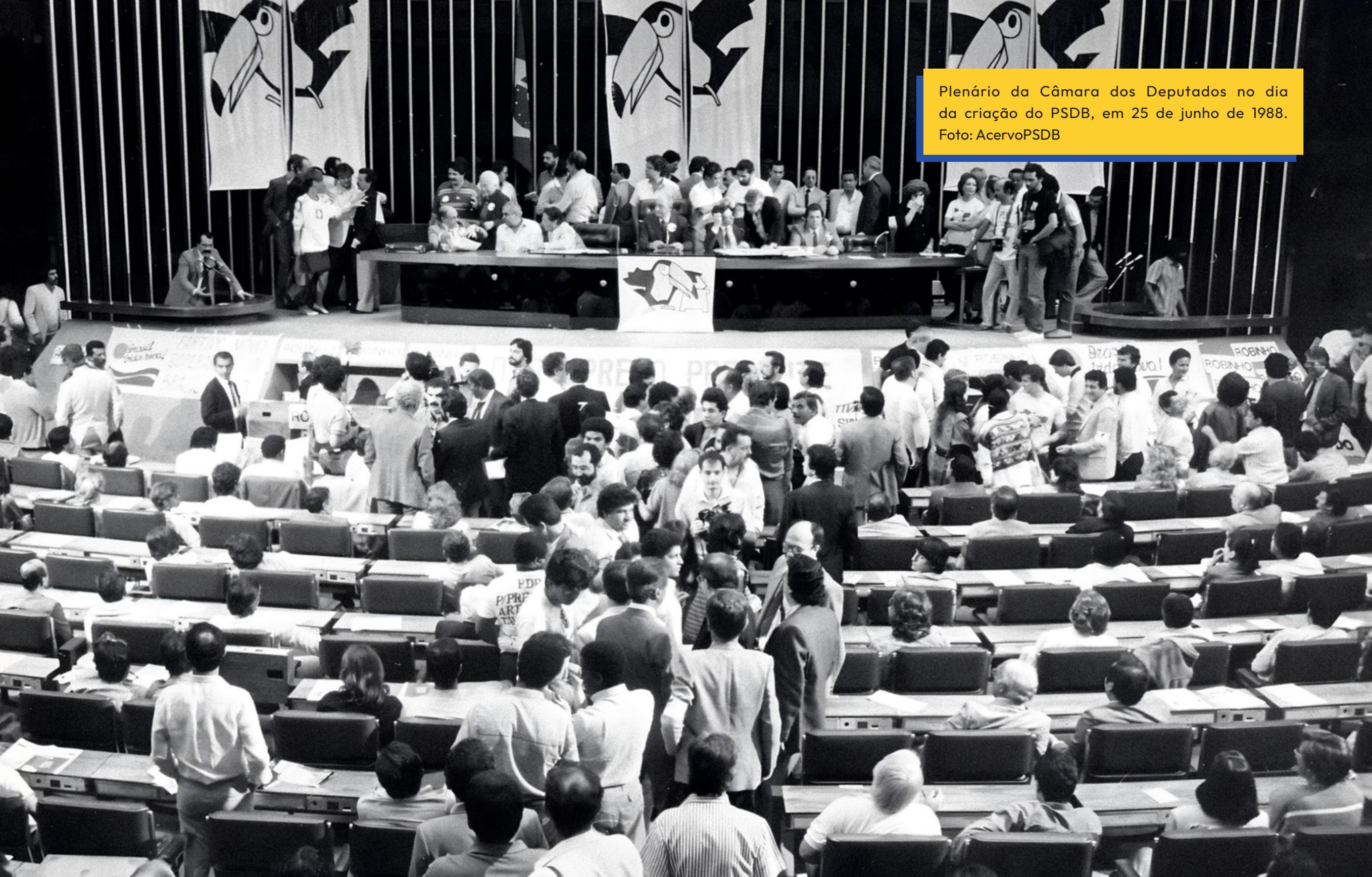
**Designer Gráfico:** Lucas Leão

**Coordenação Executiva e Revisão:** Caio Ortiga

**Apoio:** André Gobira, Heloisa Neves e Lucy Ferreira

**Ano:** 2025

**Local:** Brasília - Distrito Federal



Plenário da Câmara dos Deputados no dia da criação do PSDB, em 25 de junho de 1988. Foto: AcervoPSDB

# ÍNDICE

## **PÁGINA 05**

**PSDB - UMA JORNADA DE LUTAS E CONQUISTAS**

AÉCIO NEVES - PRESIDENTE DO ITV

## **PÁGINA 08**

**O LEGADO DO PSDB PARA O BRASIL**

MARCONI PERILLO - PRESIDENTE DO PSDB

## **PÁGINA 10**

**O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**

MARCO ANTONIO VILLA

## **PÁGINA 15**

**I - LINHA DO TEMPO PSDB**

## **PÁGINA 56**

**II - LINHA DO TEMPO GOVERNO FHC**

## **PÁGINA 72**

**GALERIA DE PRESIDENTES DO PSDB**

## **PÁGINA 74**

**GALERIA DE PRESIDENTES DO ITV**

## **PÁGINA 75**

**GOVERNADORES ELEITOS PELO PSDB**

## **PÁGINA 77**

**PRESIDENTES DOS SEGMENTOS DO PSDB**

# PSDB - UMA JORNADA DE LUTAS E CONQUISTAS

AÉCIO NEVES - PRESIDENTE DO ITV

O Brasil vive um momento de profundas incertezas. A polarização e a radicalização do debate político têm corroído os espaços de diálogo, afastado a sociedade das instituições e desviado o país das pautas que realmente importam para a vida dos brasileiros. É nesse contexto que o PSDB, partido que nasceu da coragem de propor e da responsabilidade de governar, reafirma a sua missão histórica de ser a alternativa equilibrada, moderna e transformadora que o Brasil precisa.

Ao longo de mais de três décadas, o PSDB foi protagonista de alguns dos maiores avanços institucionais e sociais do Brasil. A começar pelo Plano Real, liderado pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso. Com coragem, ousadia e competência, o PSDB deu fim a uma das mais cruéis formas de injustiça social: a hiperinflação, que corroía diariamente o salário dos trabalhadores e punia especialmente os mais pobres. Mas não paramos aí. Os governos do PSDB foram sinônimo

de responsabilidade fiscal, modernização administrativa e políticas públicas sociais inovadoras. Foi com o PSDB que avançamos na criação de programas estruturantes de combate à pobreza, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que depois se integraram ao Bolsa Família. Foi o PSDB que universalizou o acesso à educação fundamental, que implantou o Fundef e garantiu mais recursos e qualidade para as escolas públicas. Foi o PSDB que fortaleceu o SUS, que ampliou o acesso a vacinas e medicamentos, com a implementação dos genéricos, e que investiu em programas de saneamento, habitação e assistência social.

Também fomos pioneiros na agenda da eficiência do Estado. Em Minas Gerais, o “Choque de Gestão” demonstrou que é possível governar com austeridade, resultados sociais e inovação. Esse espírito modernizador foi compartilhado

por diversas administrações tucanas pelo país, sempre priorizando a boa governança, a valorização do servidor e a responsabilidade com o dinheiro público.

O PSDB é, portanto, um partido que deixa marcas concretas na vida das pessoas. Um partido que soube governar com sensibilidade social e com equilíbrio fiscal. Um partido que conciliou desenvolvimento econômico com políticas sociais de inclusão.

Infelizmente, o Brasil de hoje se vê aprisionado em uma lógica perversa de extremos. De um lado, um populismo de esquerda que insiste em reviver práticas ultrapassadas de aparelhamento da máquina pública, expansão descontrolada de gastos e desprezo pela responsabilidade fiscal. De outro, um extremismo de direita que cultua o ódio, ataca instituições e ameaça as bases da democracia.

Essa polarização é um falso dilema. Não há futuro em um país dividido entre os que vivem do passado e os que alimentam o ressentimento. Não é possível construir soluções duradouras em um ambiente de ódio, intolerância e desinformação.

Enquanto isso, os problemas reais do Brasil seguem sem resposta. A estagnação econômica, a precarização do emprego, a crise da educação,

os gargalos na saúde, a violência urbana e a ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento seguem penalizando milhões de brasileiros.

É preciso ter coragem para afirmar: nem os retrocessos de um lado, nem os excessos de outro oferecem a saída para o Brasil. É nesse vácuo que o PSDB reafirma o seu papel de centro democrático, reformista e social democrata.

O Brasil precisa reencontrar o caminho da responsabilidade e da esperança. O futuro exige coragem para retomar as pautas que realmente importam:

Responsabilidade fiscal e crescimento econômico: sem equilíbrio nas contas públicas, não haverá espaço para investimentos em saúde, educação e infraestrutura. É preciso recuperar a confiança dos investidores e gerar empregos de qualidade.

Educação como prioridade nacional: precisamos de uma verdadeira revolução na educação básica, com foco em qualidade, valorização dos professores e integração com as novas tecnologias. Só assim construiremos igualdade de oportunidades.

Políticas sociais integradas: a assistência social deve ser instrumento de emancipação, e não de dependência. O PSDB defende programas que garantam dignidade hoje e abram portas para o futuro.

Sustentabilidade e inovação: o Brasil tem todas as condições de liderar a transição energética e a economia verde. Essa é uma agenda de futuro que gera empregos, preserva o meio ambiente e fortalece a nossa posição internacional. Reforma política e fortalecimento da democracia: precisamos aproximar a política da sociedade, combater privilégios e garantir mais transparência. A democracia brasileira só se fortalecerá se for capaz de entregar resultados.

O PSDB nasceu como força de mudança e de esperança. Hoje, mais do que nunca, o Brasil precisa de uma alternativa que supere os extremos, que resgate o espírito reformista, que seja capaz de reconstruir o Estado e apontar um caminho de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Esse é o compromisso do Instituto Teotônio Vilela e do PSDB: pensar o futuro com responsabilidade, resgatar a confiança do povo brasileiro, para que possamos construir, juntos, um país mais justo, moderno e eficiente.

O Brasil não pode se resignar ao atraso e ao divisionismo. O nosso destino é maior.

O ITV convidou o historiador Marco Antônio Villa para fazer uma análise e uma retrospectiva do legado transformador do PSDB para o Brasil.

É o resultado desse trabalho que dividimos com todos aqueles que se interessam pela história do país.

Aqui, registramos também, de forma especial, a nossa homenagem àquele que incorporou todos os princípios de transformação, responsabilidade e ética defendidos pelo PSDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso. A ele, a nossa homenagem.



A handwritten signature in black ink, which reads "Aécio Neves". The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

**Aécio Neves**

PRESIDENTE DO ITV

# O LEGADO DO PSDB PARA O BRASIL

## MARCONI PERILLO - PRESIDENTE DO PSDB

O Brasil tem na história do PSDB uma das páginas mais sólidas de sua trajetória republicana. Nenhum outro partido contribuiu tanto para a construção de um país moderno, estável e socialmente justo. O PSDB nasceu do compromisso com a democracia e com o equilíbrio, mas foi além: deu ao Brasil as bases para crescer de forma sustentável, com responsabilidade fiscal e sensibilidade social.

A estabilização da economia brasileira é, sem dúvida, o maior marco dessa contribuição. Antes do Plano Real, a inflação corroía salários, destruía o poder de compra e aprofundava as desigualdades. Sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o PSDB conduziu uma das mais bem-sucedidas reformas econômicas do mundo contemporâneo. O Plano Real devolveu previsibilidade ao país, deu segurança às famílias e restabeleceu a confiança internacional no Brasil. A partir dali, o Brasil conseguiu planejar seu futuro. Se muitos brasileiros hoje contam com uma vida melhor, mais estável e mais digna, devem isso à segurança trazida pela estabilidade construída pelo PSDB.

O legado tucano não se limita à economia. Foi durante os governos do PSDB que o Brasil consolidou importantes políticas públicas de caráter social. O Programa de Saúde da Família, criado no governo FHC, tornou-se um exemplo internacional de atenção básica à saúde. A estruturação e a ampliação do SUS garantiram acesso universal e gratuito aos serviços de saúde. Na educação, o Fundef e posteriormente o Fundeb garantiram mais recursos e equidade no financiamento da educação básica, fortalecendo Estados e municípios.

Foi também sob a liderança tucana que nasceram os primeiros programas de transferência de renda, que serviram de base para o Bolsa Família. A visão de que estabilidade econômica e justiça social caminham juntas é uma marca indelével do PSDB.

Na área da infraestrutura e dos serviços públicos, o PSDB modernizou o país e atraiu investimentos. A criação das agências reguladoras trouxe segurança jurídica, garantiu qualidade aos serviços e deu confiança para que bilhões de reais fossem investidos em energia, petróleo e telecomunicações.

A abertura do setor de telecomunicações levou o telefone a milhões de brasileiros e criou as bases para a expansão da internet no país nos anos seguintes. Já as reformas no setor elétrico ampliaram a capacidade e a segurança energética do país. O PSDB também deixou como legado a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das mais importantes ferramentas de gestão pública do país. Essa lei simboliza o compromisso tucano com o equilíbrio das contas públicas, pilar essencial para o crescimento econômico com justiça social.

Hoje, em tempos de radicalismos, o PSDB reafirma seu papel histórico de defesa da democracia, da estabilidade e da justiça social. Somos a força política que acredita no diálogo, no respeito às instituições e na busca constante por soluções equilibradas. O Brasil precisa reencontrar o caminho da estabilidade, da moderação e do desenvolvimento, ou seja, o caminho da social-democracia.

O legado do PSDB é o legado da responsabilidade, da democracia e da esperança. É o legado de um Brasil que olha para frente, sem revanchismo, sem extremismos, com muita fé no futuro do país.



A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Marconi Perillo'. The signature is fluid and stylized, with a large loop at the beginning.

**Marconi Perillo**

PRESIDENTE DO PSDB

# O PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

MARCO ANTONIO VILLA

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em um momento complexo da vida política nacional. A Assembleia Nacional Constituinte, iniciada em fevereiro de 1987, ainda estava em andamento. As principais lideranças que vão fundar o PSDB tinham divergências com o PMDB, partido amplamente majoritário na Constituinte, e optaram por construir um partido adequado à nova conjuntura brasileira e mundial — a desagregação do “mundo socialista” na Europa estava em processo acelerado, tanto que, no ano seguinte, caiu o Muro de Berlim (9 de novembro de 1989). E, no Brasil, estávamos caminhando para a consolidação da transição do autoritarismo à democracia, depois de longos 21 anos de governo militar.

O momento de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira ocorreu em meio às esperanças produzidas pelos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e, ao mesmo tempo, em plena turbulência econômica, com a disparada da inflação e o fracasso dos planos de estabilização. Era não

só o reencontro do Brasil com a democracia, mas com os ônus econômicos herdados do regime militar.

O manifesto de criação do PSDB — de 25 de junho de 1988 — é uma clara demonstração de demarcação de um rumo político: a consolidação da democracia — a Constituição seria promulgada cem dias depois e teve a participação central dos parlamentares tucanos —, a defesa do parlamentarismo — bandeira histórica do partido —, da necessidade de enfrentar as graves acusações de desvios de recursos públicos e de apontar que um novo partido político poderia, pelo pensamento e pela ação, romper as amarras de uma década economicamente perdida e, com o novo ordenamento constitucional, caminharmos para a consolidação de uma sólida democracia política e social. Em outras palavras, e de forma sintética, como disse Franco Montoro: “O novo partido nasce longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas.”

Um ano após a criação do PSDB, o partido lança o seu primeiro candidato à Presidência da República, o senador Mário Covas. Em 28 de junho de 1989, da tribuna do Senado Federal, pronunciou o discurso que ficou conhecido como o “choque de capitalismo”:

“O País é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado, por crescente degradação da infraestrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado e pela brutal sangria da dívida externa; de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a economia, concentra sempre mais a renda, premia a especulação, deprime os salários reais e a receita pública. O País está embriagado por uma cultura inflacionária. Muitos sequer a combatem porque dela se beneficiam. É por isso que a inflação persiste, ameaçando devorar nosso presente de democracia e nosso futuro de desenvolvimento. Combatê-la sem tréguas é condição para reorganizar as finanças internas e reestruturar a nossa articulação com o mundo. No mundo contemporâneo, que avança por grandes saltos tecnológicos e organizacionais, cada década representa um século a ser ganho ou a ser perdido. Está nas mãos desta geração promover esse salto. Ou o faremos logo, ou retrocederemos. Proponho ganharmos juntos, na próxima década, um século de prosperidade, com justiça social. Para isso é preciso ter claro o rumo.”

E continuou:

“Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecida.”

Cinco anos depois, após vencer a eleição presidencial no primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso, na tribuna do Senado Federal, fez um longo discurso de despedida da Casa e apresentou as diretrizes do seu futuro governo, que se iniciaria em 1º de janeiro de 1995:

“O Brasil tem pressa, não de resultados milagrosos, mas de sentir que tem rumo certo e que dá passos nesse rumo. Cabe a nós, ao futuro Presidente e à maioria do Congresso, sinalizar esse rumo e tomar as medidas consequentes, sem atropelo, mas com decisão. Eu sempre disse que a estabilização da economia era um processo de ações continuadas. Nada a ver com derrubar a inflação ‘com um tiro só’. É assim também que encaro a agenda das reformas estruturais do País. Como um processo contínuo,

menos para corrida de cem metros rasos do que para prova de fundo, que exige tanto fôlego como entusiasmo. O Brasil precisa tanto de mudanças como de continuidade. Precisa de continuidade nas mudanças. Mudanças com continuidade.”

Reeleito, também no primeiro turno, em 1º de janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso assumiu novamente a Presidência da República. Era uma conjuntura internacional complexa, devido às diversas crises financeiras internacionais ocorridas naquele contexto histórico. Mesmo assim, não deixou de lembrar as novas tarefas do seu quadriênio presidencial:

“Nossos filhos terão mais e melhores oportunidades na vida. Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes, era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir. O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção

e assegurar os direitos básicos de todos. O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo, o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros. Em um sistema internacional onde aumenta a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países. Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.”

E concluiu:

“Coube-me ajudar a debelar um surto de hiperinflação; repor as relações entre o setor produtivo estatal e o privado em outras condições e continuar a abertura da economia, cuidando de evitar, ao mesmo tempo, a desindustrialização. Enfim, ajudar a tornar o País contemporâneo à era da internet, da força da sociedade civil e de uma dinâmica na qual o Estado, continuando a ser central na regulamentação econômica e mesmo investindo

em setores estratégicos, não era mais a alavanca isolada dos investimentos produtivos.”

Anos depois, já na Academia Brasileira de Letras, Fernando Henrique Cardoso recordou a importância dos seus dois governos e do papel do partido:

“A arquitetura institucional [da democracia] está quase acabada (ainda se veem andaimes), falta o essencial: a alma democrática. Nossa cultura de favores e privilégios, nosso amor à burocracia, à pompa dos poderosos e ricos, de retraimento da responsabilidade pessoal e atribuição de culpa aos outros, principalmente ao governo e às coletividades, desobriga o cidadão a fazer sua parte, a sentir-se comprometido. O corporativismo que renasce e passa do plano político ao social, levando de roldão sindicatos e até igrejas, e se encastela nos partidos, mesmo nos que nasceram com o propósito de combatê-lo, é o cupim de nossa democracia. Se à tentação corporativista somarmos os impulsos populistas, que não lhe são incompatíveis, temos a descrição de um sistema político enfermo.”

O PSDB participou — com candidaturas próprias — das eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Em seis delas chegou ao segundo turno. Apresentou seus programas e teve a coragem de enfrentar desafios sem buscar o oportunismo político — fácil, é verdade, mas nocivo ao Brasil. Nos estados e municípios, teve o mesmo procedimento, construindo

políticas públicas que acabaram se transformando em permanentes, adotando novas formas de gestão pública e rompendo paradigmas arcaicos.

Hoje, vive um novo momento, assim como o Brasil e o mundo. Mas sem abandonar seus princípios fundadores: é a História guiando seus passos em uma contemporaneidade desafiadora.



A handwritten signature in black ink that reads "Marco Antonio Villa".

**Marco Antonio Villa**  
PROFESSOR DOUTOR

# I-LINHA DO TEMPO PSDB

(1988–2025)

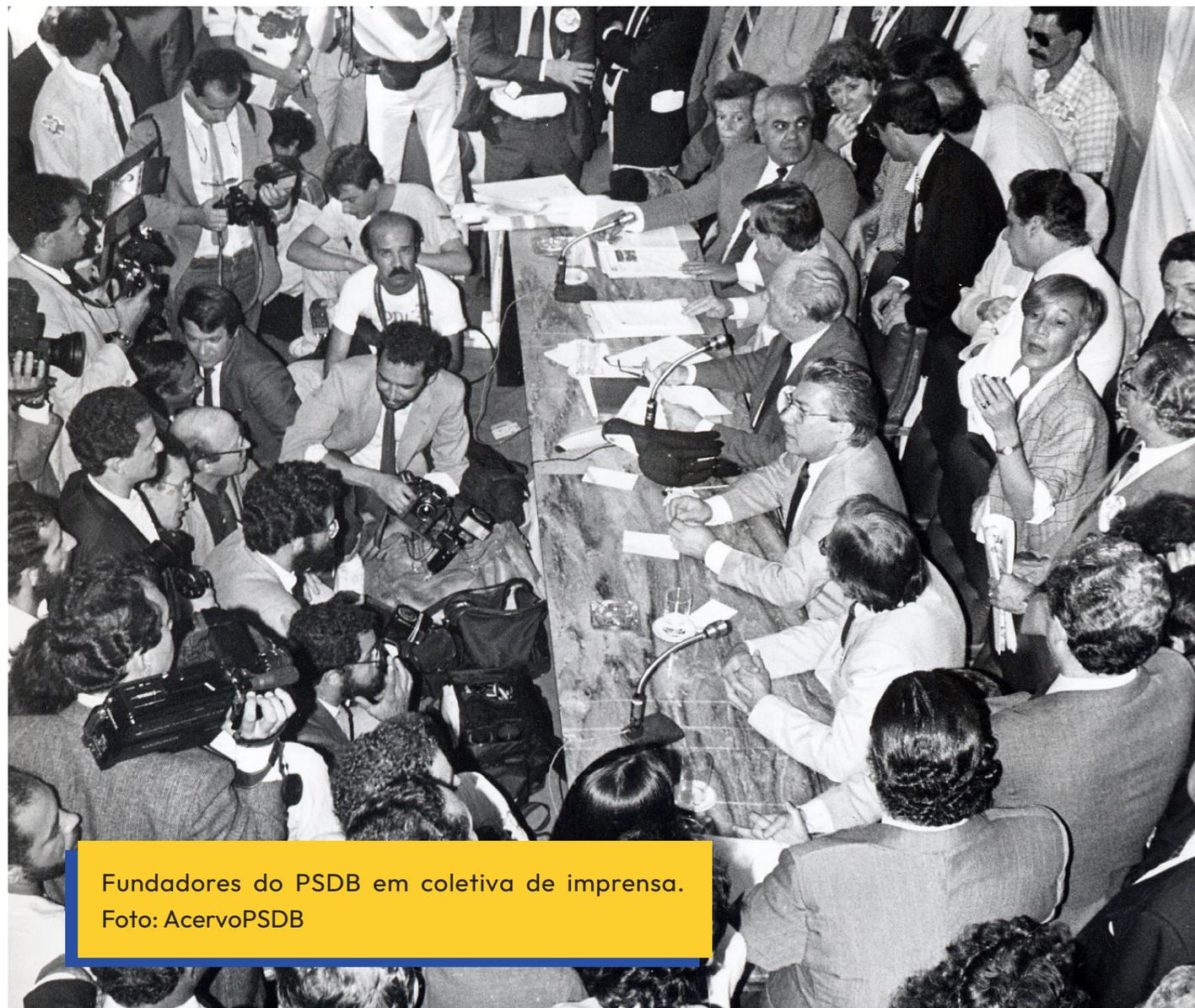
# 1988 - FUNDAÇÃO DO PSDB

“Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”. Com essa frase de Franco Montoro, o Partido da Social Democracia Brasileira foi apresentado à população, em 25 de junho de 1988.

O mais jovem dos grandes partidos brasileiros nascia reunindo nomes que, em diferentes momentos, se opuseram à ditadura militar e se tornaram lideranças ativas em seus estados na reconstrução democrática do Brasil e na Assembleia Nacional Constituinte.

Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Teotônio Vilela, Pimenta da Veiga, Aécio Neves, José Richa, José Roberto Magalhães, Geraldo Alckmin, Artur da Távola, Almir Gabriel, Artur Virgílio, Afonso Arinos e Maria Abadia, entre muitos outros, estão ligados à origem do PSDB.

Nas eleições municipais daquele ano, o partido elegeu 18 prefeitos.



Fundadores do PSDB em coletiva de imprensa.  
Foto: AcervoPSDB

# 1989 - 1º ELEIÇÃO DIRETA DO PAÍS APÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Primeiro presidente nacional do PSDB, Mário Covas é o candidato do partido nas eleições de 1989. Na primeira eleição direta do país após 25 anos de ditadura militar, o senador por São Paulo e constituinte, ex-líder estudantil e futuro governador do seu estado percorreu o país defendendo reformas e a bandeira da social-democracia: “É possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança”, dizia.



Mário Covas e Franco Montoro no evento de criação do PSDB. Foto: AcervoPSDB

# 1990 - A BANCADA AUMENTA



Tasso Jereissati entrega diploma de governador para  
Ciro Gomes. Foto: AcervoPSDB

São eleitos nove senadores, 38 deputados federais e 67 estaduais, em 19 estados. Destacam-se no Congresso Nacional, Euclides Scalco (PR), Fernando Henrique Cardoso (SP), Franco Montoro (SP), Aécio Neves (MG), Pimenta da Veiga (MG) e José Serra (SP). No Ceará, o governador Tasso Jereissati elege seu sucessor  
Ciro Gomes.

# 1991 - CONSOLIDAÇÃO NACIONAL DO PSDB

A 2ª Convenção Nacional do PSDB foi realizada em 1º de setembro de 1991 e marcou um novo momento de fortalecimento e organização do partido. Pouco depois, em 25 de outubro, o PSDB promoveu seu primeiro Encontro Nacional de Dirigentes Estaduais, que teve por objetivo discutir a situação do país e definir a estratégia para as eleições municipais de 1992.



Parlamentares do PSDB no evento de criação do partido. Foto: AcervoPSDB

# 1992 - CAMPANHA PELO IMPEACHMENT



O PSDB participa ativamente da campanha pelo impeachment do então presidente Collor de Melo, acusado em graves denúncias de corrupção. Os parlamentares tucanos atuam na construção de um pacto de governabilidade em favor do vice-presidente Itamar Franco, que assume em meio à forte escalada da inflação no país.

O senador Fernando Henrique assume o Ministério das Relações Exteriores. Nas eleições, o PSDB elege 293 prefeitos, 207 vice-prefeitos e 3.274 vereadores: crescimento de 1.500%.

# 1993 - INFLAÇÃO NO ALVO



Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda, em reunião com o presidente da República, Itamar Franco. Foto: AcervoPSDB

O país realiza um plebiscito, conforme previa a Constituição de 1988, para escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. O PSDB defende o Parlamentarismo, bandeira oficial do partido desde a fundação, mas o sistema presidencialista é confirmado pela maioria dos eleitores.

Em maio, presidente Itamar nomeia FHC ministro da Fazenda com a missão de acabar com a hiperinflação que assola o país. É decretado o corte de três zeros na moeda, que passa a se chamar Cruzeiro Real.

# 1994 - O ANO DO PLANO REAL

FHC reúne um time de economistas e gestores para formulação do mais ousado conjunto de medidas para controle das contas públicas, combate à inflação e estabilização da moeda brasileira. A equipe reunia André Lara Resende, Armínio Fraga, Clóvis Carvalho, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pêrsio Arida, entre outros.

Em 1º de março, começa a execução de um novo plano econômico, com a criação da Unidade Real de Valor (URV).

O Plano Real é lançado oficialmente em 1º de julho de 1994, data em que o Real se torna a nova moeda do Brasil. Durante os próximos seis anos, grandes reformas estruturais e de gestão pública são implantadas no país com o apoio do PSDB e o trabalho permanente da bancada do partido no Congresso Nacional. O plano acabou com a hiperinflação no Brasil, estabilizou a moeda e deu início à transformação definitiva da economia do país.

Em outubro, FHC é eleito presidente da República no 1º. Turno das eleições. O PSDB elege também seis governadores: Mário Covas (SP), Marcello Alencar (RJ), Eduardo Azeredo (MG), Almir Gabriel (PA), Albano Franco (SE) e Tasso Jereissati (CE). No Congresso, elege nove senadores e 62 deputados federais.



Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan participam de coletiva de imprensa sobre o Real. Foto: AcervoPSDB

# 1995 - AS REFORMAS QUE MUDARAM O BRASIL



Fernando Henrique toma posse em janeiro de 1995 ao lado da esposa Ruth Cardoso, do ex-presidente Itamar Franco e do vice-presidente Marco Maciel. Foto: Ivo Gonzalez/AgênciaOGlobo

Em 1º de janeiro, FHC assume a Presidência da República. O primeiro ano de seu mandato é concluído com uma série de indicadores positivos, como a diminuição da inflação – que fechou 1995 em 22,41%, contra 916,46% do ano anterior. Iniciam-se as reformas econômicas e o debate sobre a abertura e modernização do mercado brasileiro.

Os oito anos de gestão do PSDB mudam o Brasil também na educação, na saúde, na cultura e na proteção aos mais pobres. É lançado o “Comunidade Solidária” um amplo programa social de combate à fome e à pobreza através da cooperação entre governo, empresas e sociedade civil.

# 1996 - NOVOS PREFEITOS

PSDB elege 910 prefeitos e 6.744 vereadores em todo o país. Tucanos assumem as capitais de Cuiabá (MT), Teresina (PI), Goiânia (GO) e Vitória (ES).

Também nesse ano foi criado o segmento Juventude PSDB, presidido por Sandro Resende, com a missão de engajar os jovens na política e fortalecer a renovação dos quadros do partido



Luiz Paulo Velloso Lucas faz campanha em Vitória/ES.  
Foto: Acervo Pessoal

# 1997 - MENOR INFLAÇÃO DO BRASIL EM 46 ANOS

O terceiro ano de mandato de FHC registra a menor inflação do Brasil em 46 anos. Com o apoio da bancada federal do PSDB são aprovadas e criadas as Agências Reguladoras de Energia Elétrica, Petróleo e de Telecomunicações e a privatização da companhia Vale do Rio Doce. O país fecha seu quinto ano consecutivo com crescimento econômico.



O presidente Fernando Henrique Cardoso, ao lado do ministro das Comunicações Sérgio Motta, assina o processo de privatização do sistema de telecomunicações. Foto: AcervoPSDB

# 1998 - PSDB REELEGE FHC E SEIS GOVERNADORES



FHC faz campanha em São Paulo ao lado do governador Mário Covas, ambos em busca da reeleição. Foto: AcervoPSDB

Fernando Henrique é reeleito presidente, novamente no 1º turno, com mais de 35 milhões de votos (53,06%). O PSDB reelege os governadores Mário Covas (SP), Tasso Jereissati (CE), Almir Gabriel (PA), Dante de Oliveira (MT) e Albano Franco (SE). Em Goiás e no Espírito Santo, saem vitoriosos das urnas Marconi Perillo e José Ignácio Ferreira, respectivamente. No Congresso Nacional, o partido elege quatro senadores e 99 deputados.

# 1999 - FHC INICIA NOVO MANDATO COMO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Fernando Henrique Cardoso toma posse em janeiro de 1999 ao lado de Marco Maciel. Foto: Joédison Alves/CB/D.A Press

Em seu discurso de posse, FHC afirma que seus objetivos principais para o mandato são “radicalizar a democracia, democratizar o mercado, aumentando a competição, e promover a mais ampla oportunidade para todos os brasileiros”. O ano terminou com inflação sob controle, na faixa de 8%, taxa de juros no nível mais baixo desde 1994 e captação recorde de investimentos diretos – a despeito de uma crise financeira que se iniciou na Ásia e afetou todo o planeta no final da década de 1990.

Também nesse ano foi criado o segmento PSDB Mulher, presidido por Yeda Crusius, com o objetivo de ampliar a participação feminina na política e fortalecer a representação das mulheres no partido.

# 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Idealizada pelo PSDB - e estabelecendo a mais profunda transformação na gestão fiscal do Brasil - é aprovada, no Congresso Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Aécio Neves é o líder do PSDB na Câmara. A nova lei traz regras mais rígidas e transparentes para as finanças públicas em todos os níveis federativos - União, estados, Distrito Federal e municípios - e dá início a mudanças profundas na gestão administrativa, estabelecendo limites de gastos e aumento de eficiência nos serviços prestados à população.

Nas eleições, o partido elege prefeitos em quatro capitais: Vitória, Boa Vista, Teresina e Cuiabá, além de 983 prefeitos e 7.690 vereadores em todo país.



O presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foto: AcervoPSDB

# 2001 - PSDB ASSUME PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aécio Neves (MG) é o primeiro tucano a ser eleito presidente da Câmara dos Deputados. A gestão tucana, entre 2001 e 2002, deu mais agilidade e transparência ao Legislativo. É aprovado o chamado Pacote Ético que incluiu a criação da Comissão de Legislação Participativa e da Ouvidoria Parlamentar, a criação do Conselho de Ética e a reformulação do conceito de imunidade parlamentar – possibilitando o julgamento de deputados por crimes comuns.

Governo FHC lança o Programa Bolsa Alimentação voltado para famílias em situação de insegurança alimentar, oferecendo um cartão para saque em agências da Caixa Econômica Federal. É lançado também o Programa Nacional de Bolsa Escola, garantindo um benefício financeiro a famílias com crianças e adolescentes matriculados na rede pública e com frequência escolar mínima de 85%.



Michel Temer, então presidente da Câmara dos Deputados, empossa Aécio Neves como o novo presidente da Casa. Foto:AcervoPSDB

# 2002 - PSDB ASSUME GESTÃO DE 7 ESTADOS



O PSDB elege sete governadores, seis senadores e 70 deputados federais. O ex-ministro da Saúde José Serra recebe mais de 33 milhões de votos e fica em segundo lugar na disputa presidencial.

Os governadores eleitos são Aécio Neves (MG), Ivo Cassol (RO), Cássio Cunha Lima (PB), Geraldo Alckmin (SP), Lúcio Alcântara (CE), Marconi Perillo (GO), Simão Jatene (PA).

# 2003 - BOLSA FAMÍLIA NASCE DA UNIFICAÇÃO DE PROGRAMAS DO PSDB



Os maiores programas sociais lançados pelo governo FHC - Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único são unificados na criação do Bolsa Família.

O presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no lançamento do programa Bolsa Escola. Foto: AcervoPSDB

# 2004 - TUCANOS NO COMANDO DE QUATRO CAPITAIS

O PSDB elege 870 prefeitos, entre eles, nas capitais de São Paulo e Curitiba. O partido ganha, pela terceira vez consecutiva, as prefeituras de Teresina (PI) e Cuiabá (MT). São eleitos 4.963 vereadores.



José Serra se emociona no discurso de vitória nas eleições municipais. Foto: AcervoPSDB

# 2005 - PSDB LIDERA OPOSIÇÃO NA CPI DOS CORREIOS



Plenário da Câmara aprova a CPI dos Correios.  
Foto: Câmara dos Deputados

O senador e ex-governador Tasso Jereissati é eleito presidente nacional do PSDB, voltando a ocupar o cargo que já exercera entre 1991 e 1994.

Nesse mesmo ano, o partido tem papel de destaque na CPI dos Correios, atuando com firmeza na investigação do maior escândalo de corrupção do governo Lula e reafirmando seu compromisso com a ética e a transparência na vida pública.

Enquanto isso, os prefeitos eleitos pelo PSDB começam a exercer seus mandatos, entre eles José Serra (São Paulo), Beto Richa (Curitiba), Silvio Mendes (Teresina) e Wilson Santos (Cuiabá), consolidando a presença tucana nas principais capitais do país.

# 2006 - GERALDO ALCKMIN DISPUTA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL



Geraldo Alckmin e Yeda Crusius em campanha no Rio Grande do Sul. Foto: AcervoPSDB

O PSDB elege seis governadores: Aécio Neves (MG), Beto Richa (PR), Cassio Cunha Lima (PB), José Serra (SP), Teotônio Vilela (AL) e Yeda Crusius (RS). No Congresso Nacional, a bancada tucana na Câmara fica com 66 deputados e a no Senado com 14 senadores.

O ex-governador Geraldo Alckmin concorre à presidência da República. Fica em segundo lugar, com mais de 37 milhões de votos.

Também nesse ano foi criado o segmento DIVERSIDADE Tucana, com o propósito de defender os direitos LGBT+ e promover o respeito à diversidade dentro e fora do partido.

# 2007 - MODERNIZAÇÃO E DIÁLOGO

O PSDB inicia um período de modernização da sua comunicação e de ampliação do diálogo com diferentes segmentos da sociedade. O partido investiu e fortaleceu sua presença digital, aproximando-se da população e atualizando suas formas de atuação política. Essa fase marcou o início de uma estratégia voltada à transparência, à inovação e à escuta ativa da sociedade brasileira.



# 2008 - PSDB ELEGE QUATRO PREFEITOS DE CAPITAL



Mais uma vez os tucanos mostram sua força. O partido elege 790 prefeitos, entre eles quatro de capital: Teresina (PI), Cuiabá (MT), Curitiba (PR) e São Luís (MA). São eleitos ainda 4.542 vereadores.

# 2009 - PSDB COMEMORA 15 ANOS DE VIGÊNCIA DO PLANO REAL



FHC discursa na sessão solene em comemoração aos 15 anos do Plano Real. Foto: AcervoPSDB

Em sessão solene no Senado, com a presença do ex-presidente Fernando Henrique e de membros da sua equipe econômica, o PSDB comemora 15 anos do Plano Real.

# 2010 - JOSÉ SERRA DISPUTA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

PSDB lança José Serra à Presidência da República. Com mais de 43 milhões de votos, ele fica em segundo lugar na disputa presidencial. Oito tucanos são eleitos governadores. O partido elege ainda 119 deputados estaduais, 53 deputados federais e seis senadores, entre eles destaca-se Aloysio Nunes (SP) com uma votação recorde de 11 milhões de votos.



José Serra faz campanha em Santa Catarina.  
Foto: Cacalos Garrastazu

# 2011 - COM OITO GOVERNADORES PSDB GOVERNA MAIOR PARTE DO BRASIL

O PSDB passa a governar a maior parcela da população brasileira com os governadores Antonio Anastasia (MG), Beto Richa (PR), Geraldo Alckmin (SP), José Anchieta Júnior (RR), Marconi Perillo (GO), Simão Jatene (PA), Siqueira Campos (TO) e Teotônio Vilela Filho (AL). No legislativo, a bancada do PSDB é a terceira maior na Câmara dos Deputados e no Senado, liderando a oposição ao governo Dilma Rousseff. Também nesse ano foi criado o PSDB Sindical, com o objetivo de aproximar o partido das pautas dos trabalhadores e fortalecer o diálogo com o movimento sindical.



O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, participa do encontro dos governadores eleitos pelo partido em Maceió, Alagoas. Foto: AcervoPSDB

# 2012 - PSDB COMEMORA MAIORIDADE DO PLANO REAL



Firmino Filho faz campanha em Teresina, Piauí.  
Foto: AcervoPSDB

Ano de comemoração dupla para os tucanos: 24 anos do PSDB e 18 anos de Plano Real.

Nas eleições municipais, o partido elegeu 695 prefeitos, entre eles quatro de capital: Manaus (AM), Belém (PA), Teresina (PI) e Maceió (AL). Também foram eleitos 5.261 vereadores

# 2013 - PSDB REORGANIZA E ATUALIZA SUA AGENDA



Em 2013, o PSDB passou por um processo de reorganização e atualização de sua agenda política, reforçando seu papel de liderança na oposição ao governo federal. Nesse contexto, nasceu o segmento Tucanafro, com o propósito de promover a igualdade racial e fortalecer a participação da população negra na vida pública.

# 2014 - AÉCIO DISPUTA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL EM CHAPA PURA

Os senadores Aécio Neves (MG) e Aloysio Nunes (SP) são indicados para a disputa pela Presidência da República. Alcançam o segundo turno das eleições e recebem mais de 51 milhões de votos dos brasileiros. O equivalente a 48,36% dos votos válidos no país.

Cinco tucanos são eleitos governador: Beto Richa (PR), Geraldo Alckmin (SP), Marconi Perillo (GO), Reinaldo Azambuja (MS) e Simão Jatene (PA). O partido elege ainda 97 deputados estaduais, 54 deputados federais e quatro senadores.



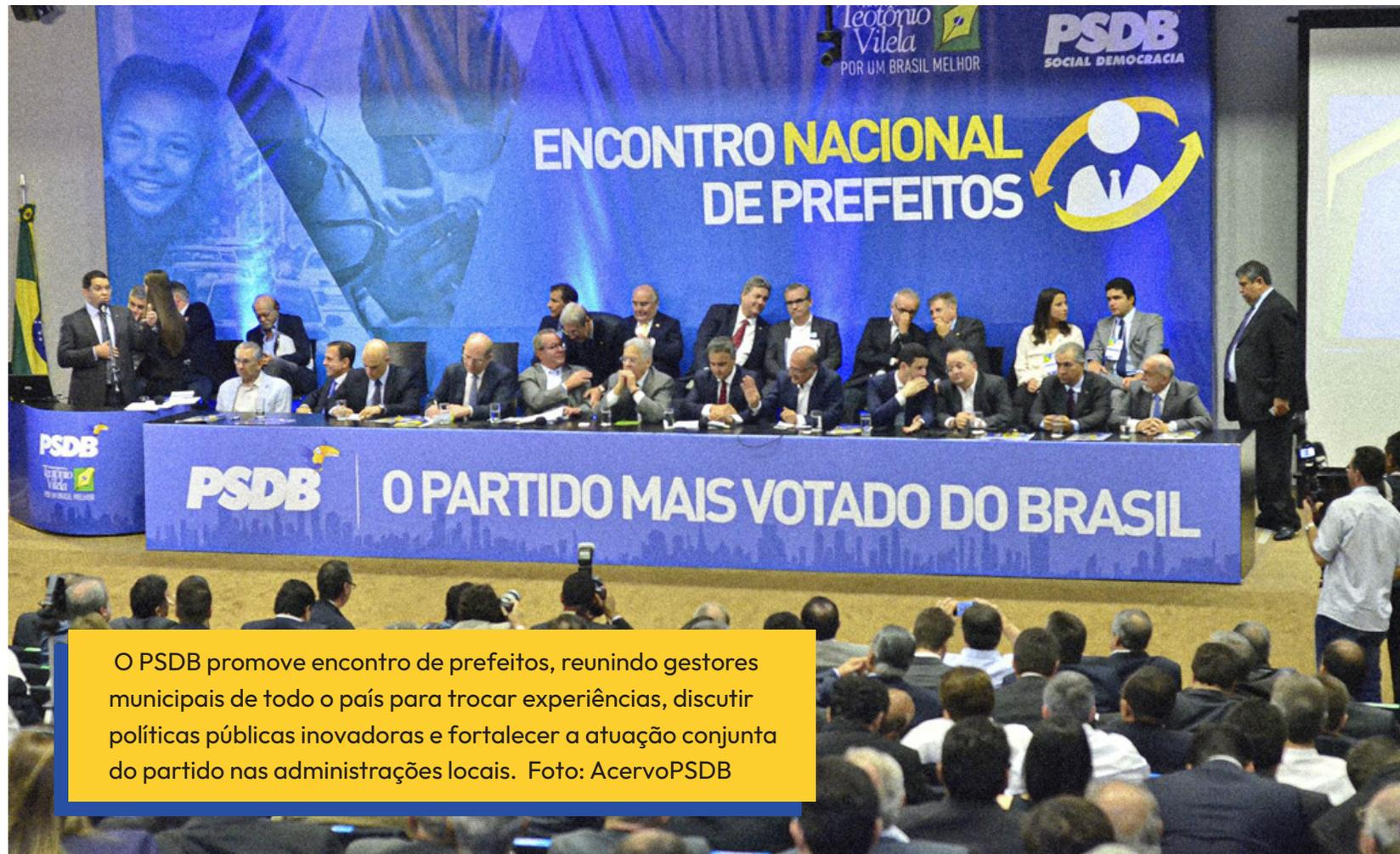
Aécio Neves cumprimenta correligionários durante convenção do PSDB. Foto: George Gianni

# 2015 - EXPANSÃO E UNIDADE PARTIDÁRIA



Em 2015, o PSDB viveu um período de expansão e fortalecimento de suas lideranças regionais. A filiação do governador do Mato Grosso, Pedro Taques, ampliou para seis o número de governos estaduais sob comando tucano, reforçando a presença do partido em diferentes regiões do país. No âmbito nacional, o PSDB consolidou sua atuação como principal força de oposição, reafirmando seu compromisso com a ética, a democracia e a boa gestão pública.

# 2016 - PSDB É O GRANDE VENCEDOR DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS



O PSDB promove encontro de prefeitos, reunindo gestores municipais de todo o país para trocar experiências, discutir políticas públicas inovadoras e fortalecer a atuação conjunta do partido nas administrações locais. Foto: AcervoPSDB

O PSDB sai das eleições municipais de 2016 como o maior vitorioso entre as legendas brasileiras, um resultado que garante ao partido governar um em cada quatro eleitores do país.

Foram eleitos 804 prefeitos, sendo sete de capitais: Arthur Virgílio, em Manaus (AM), Firmino Filho, em Teresina (PI), Dr. Hildo, em Porto Velho (RO), João Dória, em São Paulo (SP), Nelson Marchezan Jr, em Porto Alegre (RS), Rui Palmeira, em Maceió (AL) e Zenaldo Coutinho, em Belém (PA). Foram eleitos 5.367 vereadores.

# 2017 - PSDB COMANDA A APROVAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

De olho na expansão do mercado de trabalho e na desburocratização, o PSDB comanda a aprovação da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro. Na Câmara, o debate é liderado pelo relator da proposta, deputado Rogério Marinho (RN). Entre os pontos defendidos, destaca-se o fim do imposto sindical obrigatório. Um dos efeitos da mudança na legislação trabalhista foi a redução em quase 50% do número de ações trabalhistas.



O presidente da República, Michel Temer, ao lado de ministros e do relator da proposta na Câmara, sanciona a Reforma Trabalhista em evento no Palácio do Planalto. Foto: Presidência da República

# 2018 - GERALDO ALCKMIN DISPUTA A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL



Ana Amélia, Geraldo Alckmin e Lu Alckmin participam da convenção nacional do PSDB, que confirmou a chapa para disputar a Presidência da República. Foto: AcervoPSDB

O PSDB elege três governadores: Eduardo Leite (RS), João Doria (SP) e Reinaldo Azambuja (MS). As tucanas alcançam um feito inédito: aumento de 60% da representação feminina no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais. A bancada na Câmara fica com 29 deputados federais e, no Senado com oito senadores. Geraldo Alckmin disputa à presidência da República. Fica em quarto lugar, com mais de 2 milhões de votos.

# 2019 - PSDB REAFIRMA COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA



Bruno Araújo ao lado de mandatários e lideranças do PSDB. Foto: Orlando Brito.

O partido reforça sua tradição de defesa da democracia e das instituições, afirmando que sempre estará em oposição a qualquer governo que ataque as liberdades, pratique a intolerância ou adote posturas autoritárias e contrárias aos valores civilizatórios.

# 2020 - PSDB PROPÕE O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Nas eleições municipais, o PSDB elege 512 prefeitos em todo o país. No Congresso Nacional, o partido tem papel decisivo durante a pandemia: o deputado Eduardo Barbosa (MG) foi o autor da proposta que originou o Auxílio Emergencial, garantindo renda a milhões de brasileiros em um dos períodos mais desafiadores da história recente.



Eduardo Barbosa participa de comissão na Câmara dos Deputados. Foto: Câmara dos Deputados

# 2021 - RESPONSABILIDADE À FRENTE DOS DESAFIOS NACIONAIS



Bruno Covas e FHC votam no mesmo colégio eleitoral em São Paulo. Foto: Gilberto Marques

Em São Paulo, Bruno Covas, reeleito no ano anterior com 3.169.121 votos válidos, toma posse e reafirma a força tucana na maior cidade do país. Ao mesmo tempo, o governo do Estado de São Paulo, sob o comando do governador João Doria, conduz ações decisivas no enfrentamento da crise sanitária e econômica, demonstrando compromisso com a ciência, a gestão eficiente e a proteção da população em um dos períodos mais desafiadores da história recente do Brasil.

# 2022 - PSDB REAFIRMA COMPROMISSO COM O EQUILÍBRIO POLÍTICO



Nas eleições nos estados, o PSDB elege os governadores Eduardo Leite (RS), Eduardo Riedel (MS) e Raquel Lyra (PE), demonstrando solidez e presença em diferentes regiões do país. No cenário nacional, o partido, em aliança com o MDB, lança a senadora Mara Gabrilli (SP) como candidata à vice-presidência da República. A chapa conquistou mais de 4 milhões de votos, ficando em 3º lugar.

# 2023 - TRANSIÇÃO E FORTALECIMENTO PARTIDÁRIO

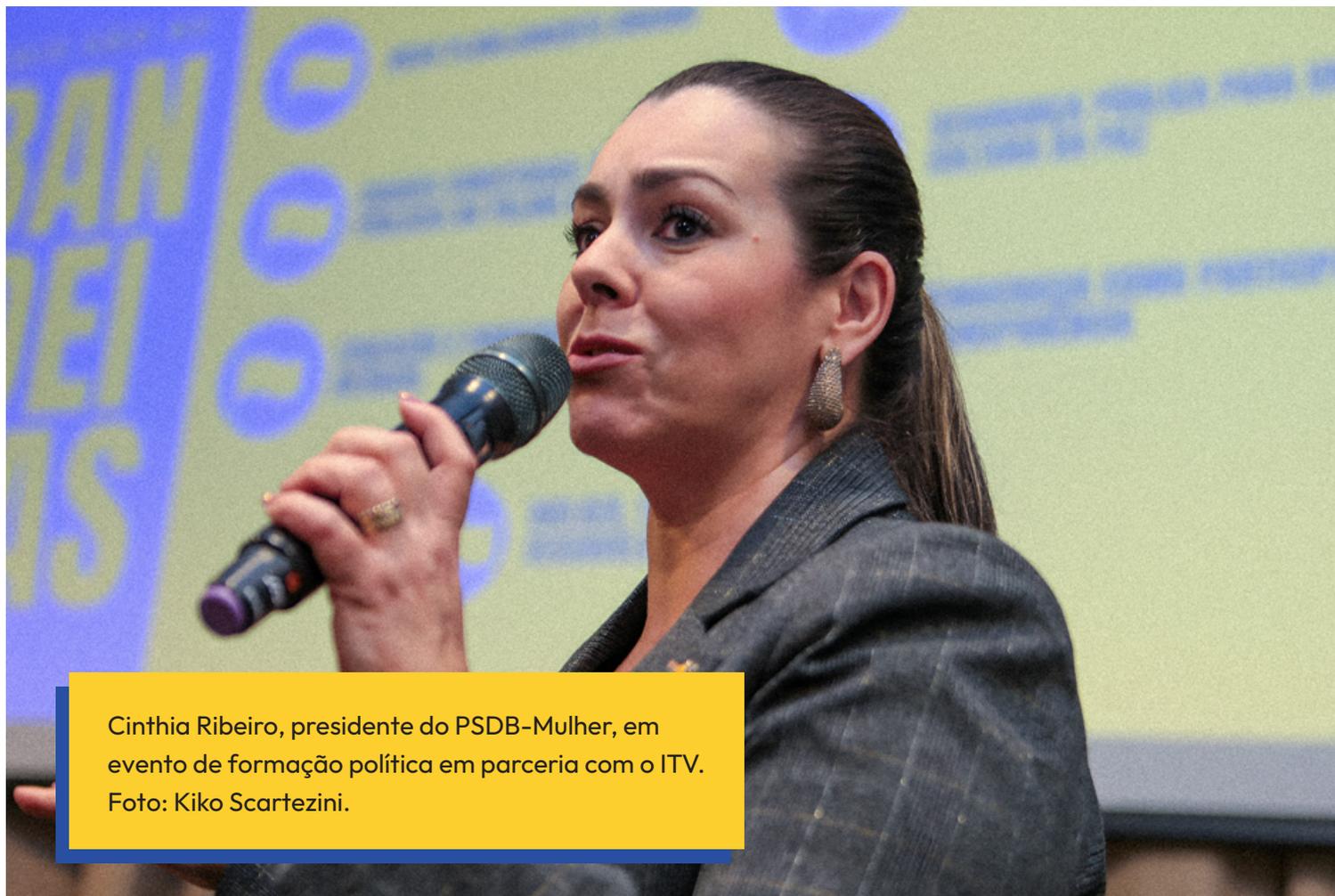
Durante o ano de 2023, o PSDB viveu uma importante transição em sua trajetória, marcada pela continuidade do trabalho de fortalecimento institucional e pela atualização de suas diretrizes políticas. O partido promoveu uma ampla reorganização, ampliou o diálogo com a sociedade e reafirmou seus princípios de responsabilidade, ética e eficiência na gestão pública, preparando-se para novos desafios e para a retomada de seu protagonismo nacional.



Eduardo Leite e Marconi Perillo durante a 16ª  
Convenção Nacional do PSDB. Foto: Kiko Scartezini

# 2024 - PSDB SUPERA O PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Em Pernambuco, o PSDB passou de 5 para 31 prefeitos, um salto de mais de 500%. No Mato Grosso do Sul, foram 44 prefeitos; no Rio Grande do Sul, 33; e, em Minas Gerais, 60 — o maior número entre os estados. No cenário nacional, o deputado Aécio Neves, que havia assumido a presidência do Instituto Teotônio Vilela no final do ano anterior, reforçou o papel do ITV como centro de formulação de políticas públicas e de formação de lideranças tucanas.



Cynthia Ribeiro, presidente do PSDB-Mulher, em evento de formação política em parceria com o ITV.  
Foto: Kiko Scartezini.

# 2025 - PSDB COMPLETA 37 ANOS E CONTINUA LONGE DOS EXTREMOS

O PSDB celebra 37 anos de história reafirmando seus valores de responsabilidade, equilíbrio e compromisso com o Brasil.

Ao longo de sua trajetória, o partido manteve-se coerente aos seus princípios, sem se alinhar a governos marcados pelo extremismo, nem ao PT, nem a Bolsonaro. Firme em sua vocação de centro democrático, o PSDB segue defendendo a boa gestão pública, a ética na política e o diálogo como caminho para reconstruir a confiança dos brasileiros na política.

Também nesse ano foi criado o segmento PSDB Agro, presidido por Leonardo Martins, com o propósito de aproximar o partido dos produtores rurais e fortalecer o diálogo com o setor que move a economia brasileira.



Marconi Perillo, presidente nacional do PSDB, Paulo Abi-Ackel, secretário-geral do partido, e Aécio Neves, presidente do Instituto Teotônio Vilela (ITV), participam de reunião na sede do partido em Brasília. Foto: Kiko Scartezini



O líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Adolfo Viana, o presidente do Instituto Teotônio Vilela (ITV), Aécio Neves, e o deputado Beto Richa se reúnem com os senadores Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães e o líder do PSDB no Senado, Plínio Valério, para avaliar estratégias e alinhar posicionamentos do partido com foco nas eleições de 2026. Foto: Kiko Scartezini

# **II - LINHA DO TEMPO GOVERNO FHC**

(1995–2002)



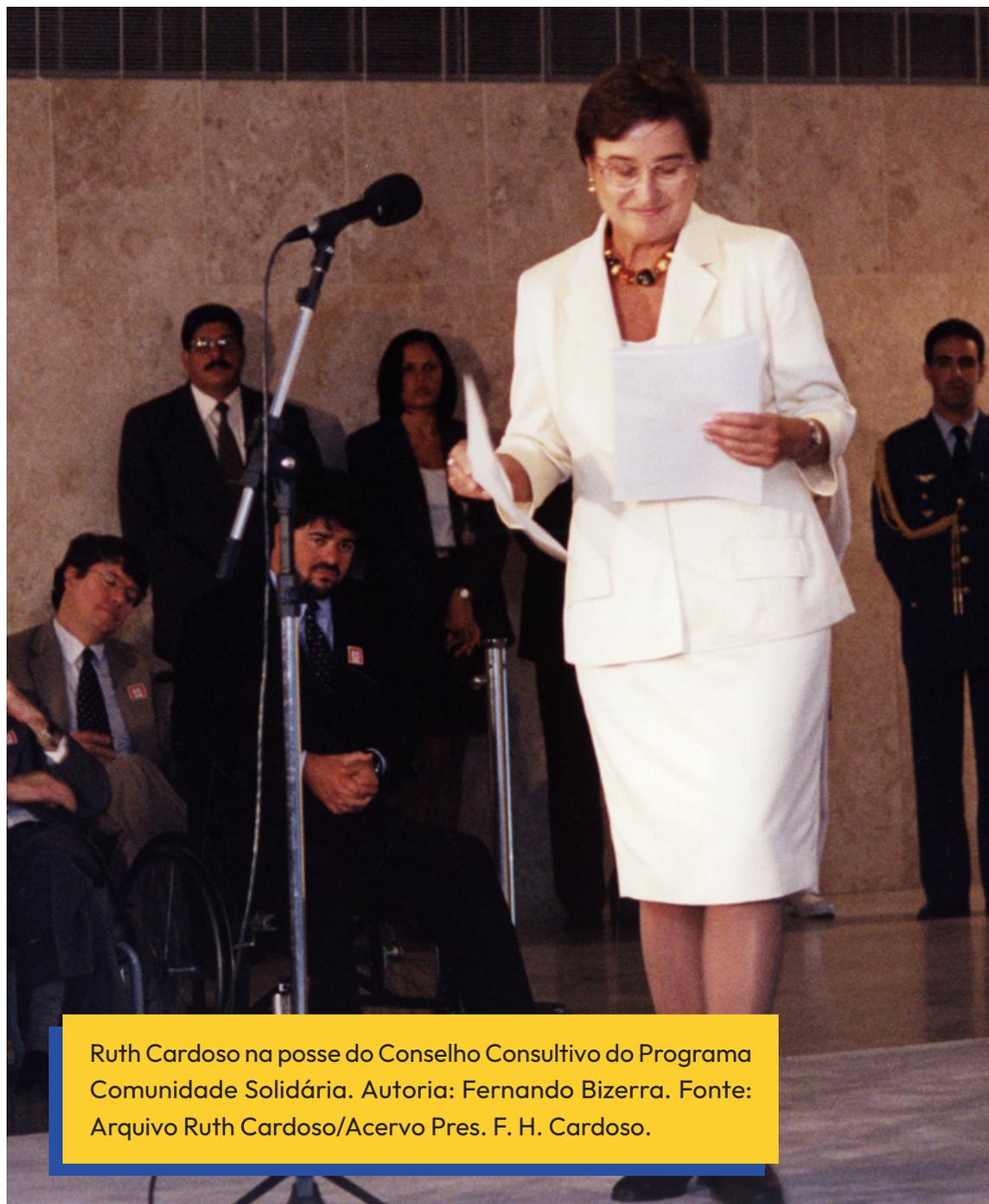
# GOVERNO FHC - 1995

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso marcou um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Logo em seu início, consolidou-se o Plano Real, responsável por estabilizar a moeda e controlar a inflação, o que representou um marco histórico na economia nacional. No campo da administração pública, foi lançada a Reforma do Estado, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser Pereira, com o objetivo de modernizar a gestão pública e torná-la mais eficiente. Nesse mesmo contexto, foi sancionada a Lei das Concessões, que abriu espaço para parcerias entre o setor público e o setor privado em áreas estratégicas de infraestrutura, dando início à reestruturação e às primeiras privatizações de empresas dos setores de energia e telecomunicações.

Na área social, o governo promoveu mudanças estruturais com a extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a implantação da Lei Orgânica da Assistência Social



Campanha para as eleições presidenciais de 1994.  
Produtor/instituição: Agência de Comunicação Free Press/Acervo Pres. F. H. Cardoso.



Ruth Cardoso na posse do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária. Autoria: Fernando Bizerra. Fonte: Arquivo Ruth Cardoso/Acervo Pres. F. H. Cardoso.

(LOAS), que redefiniu o papel do Estado e dos entes federativos na política de assistência social. Foi criado o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) e realizada a Primeira Conferência Nacional da Assistência Social, que consolidou a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas do setor. Esse período também marcou o início do processo de municipalização da assistência social, fortalecendo a autonomia dos municípios na gestão dos programas.

Como estratégia de combate à pobreza e de promoção da inclusão, foi lançado o Programa Comunidade Solidária, coordenado pela então primeira-dama Ruth Cardoso, que integrou diversas ações de desenvolvimento social. Dentro dele, implementou-se o Programa de Segurança Alimentar, responsável pela distribuição de cestas básicas nas cidades mais pobres do país. O governo também criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, reafirmando o compromisso com a cidadania e a proteção social.

Na área da educação, foi criado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destinado a fornecer assistência financeira a escolas públicas, com o objetivo de melhorar a infraestrutura física e pedagógica, além de fortalecer a gestão escolar. Esses marcos consolidaram o início de um ciclo de modernização do Estado brasileiro, combinando estabilidade econômica, responsabilidade social e fortalecimento das instituições públicas.

# GOVERNO FHC - 1996



FHC concede entrevista coletiva.  
Foto: AcervoPSDB

Nesse período, foram dados os primeiros passos para o controle responsável das contas públicas, com a elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, embrião da futura Lei de Responsabilidade Fiscal Nacional. Na área econômica, o governo implementou o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional), fundamental para evitar o colapso bancário após a estabilização da moeda promovida pelo Plano Real. Também foram aprovados novos marcos regulatórios para os setores de telecomunicações e energia, além da Lei da TV a Cabo, que modernizou o setor e ampliou o acesso à informação e à comunicação.

Na área educacional, o governo criou o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), garantindo um financiamento mínimo por aluno e incentivando a expansão das matrículas escolares. A campanha nacional pela universalização do ensino fundamental alcançou resultados expressivos, garantindo que 97% das crianças brasileiras estivessem na escola. Nesse mesmo espírito, foi iniciado o Programa de Renda Mínima, voltado a famílias com crianças matriculadas na rede pública, estabelecendo um modelo pioneiro de transferência condicionada de renda que inspiraria programas posteriores.

No campo social, o Programa Comunidade Solidária, coordenado por Ruth Cardoso, tornou-se símbolo de uma nova visão de política social, baseada em parcerias entre governo e sociedade civil e na focalização de esforços em populações vulneráveis. Dentro desse programa, surgiram iniciativas inovadoras como o Capacitação Solidária, voltado à qualificação profissional de jovens, e o Alfabetização Solidária, que promoveu a alfabetização de milhares de brasileiros em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na área de direitos humanos e inclusão, o governo instituiu a Política Nacional do Idoso e aprovou o Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, que orientou as políticas de cidadania e combate às violações de direitos. Também foi criado o Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegurando renda mensal a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade, e realizada a Primeira Conferência Nacional dos Direitos Humanos, ampliando o diálogo com a sociedade civil.

Na área rural, foi aprovado e implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passou a oferecer crédito e apoio técnico aos pequenos produtores rurais, promovendo o desenvolvimento sustentável do campo. No combate às desigualdades e ao trabalho infantil, o governo lançou o Programa Nacional de Erradicação

do Trabalho Infantil (PETI), um marco na proteção da infância. Além disso, a gestão garantiu a gratuidade de toda medicação para pacientes com HIV/Aids, tornando o Brasil referência mundial em políticas públicas de saúde. Para fortalecer o Sistema Único de Saúde, foi criado o ReforSUS, programa que ampliou o acesso e a qualidade dos serviços, consolidando um SUS mais universal, moderno e eficiente.

Essas iniciativas refletem o compromisso do governo FHC com a responsabilidade fiscal, o desenvolvimento social e a consolidação da cidadania, pilares que sustentaram um dos períodos mais reformistas da história recente do país



# GOVERNO FHC - 1997

Durante o segundo biênio do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país viveu um período de intensas reformas institucionais e sociais. Um dos marcos políticos mais relevantes foi a aprovação da Emenda da Reeleição para cargos do Poder Executivo, que permitiu a possibilidade de recondução do presidente da República, governadores e prefeitos a um segundo mandato consecutivo. Essa medida consolidou a estabilidade política e deu continuidade às políticas econômicas e sociais iniciadas em 1995.

No campo das comunicações, foi sancionada a Nova Lei das Telecomunicações, que modernizou o marco regulatório do setor, preparou o ambiente para o processo de privatização das empresas estatais e atraiu novos investimentos privados, ampliando o acesso da população à telefonia e aos serviços de comunicação.

Na área dos direitos humanos, o governo fortaleceu a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e consolidou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a cidadania, a inclusão social e a proteção das populações vulneráveis.



FHC com Nelson Mandela, presidente da África do Sul.  
Foto: Arquivo PSDB.



FHC com Tony Blair, primeiro-ministro do Reino Unido.  
Foto: AcervoPSDB

Como parte das ações do Programa Comunidade Solidária, foi criado o Programa Universidade Solidária, que mobilizou estudantes universitários em ações de extensão e voluntariado em comunidades carentes, promovendo integração social e troca de saberes. Ainda sob a mesma iniciativa, o governo implantou o Programa Brasil Criança Cidadã, voltado à proteção e ao desenvolvimento integral de crianças em situação de risco, reforçando a rede de proteção social.

No campo da assistência social, foi realizada a Segunda Conferência Nacional da Assistência Social, que consolidou a participação de gestores, trabalhadores e usuários na formulação de políticas públicas. Além disso, foi criado o Ministério da Reforma Agrária, voltado à promoção da justiça social no campo, à regularização fundiária e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Essas ações reforçaram o caráter reformista e social do governo FHC, que buscava combinar estabilidade econômica, modernização institucional e fortalecimento da cidadania como pilares de um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil.

# GOVERNO FHC - 1998

O final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por importantes transformações estruturais e pela consolidação das reformas iniciadas desde 1995. Um dos marcos mais significativos desse período foi a privatização do Sistema Telebrás, considerada à época a maior operação de privatização já realizada na América Latina. Essa medida simbolizou a abertura do setor de telecomunicações ao investimento privado, ampliando a concorrência e a modernização tecnológica, o que permitiu a posterior expansão do acesso à telefonia e à internet em todo o país.

Em paralelo, o governo criou um novo modelo de regulação estatal, com a instituição de agências reguladoras independentes, entre elas a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Essas instituições foram criadas com o objetivo de garantir transparência, equilíbrio e eficiência na regulação dos serviços públicos privatizados, além de assegurar a defesa do interesse do consumidor e a estabilidade dos setores estratégicos.

No campo da política social e fiscal, foi aprovada a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 20), que introduziu idade

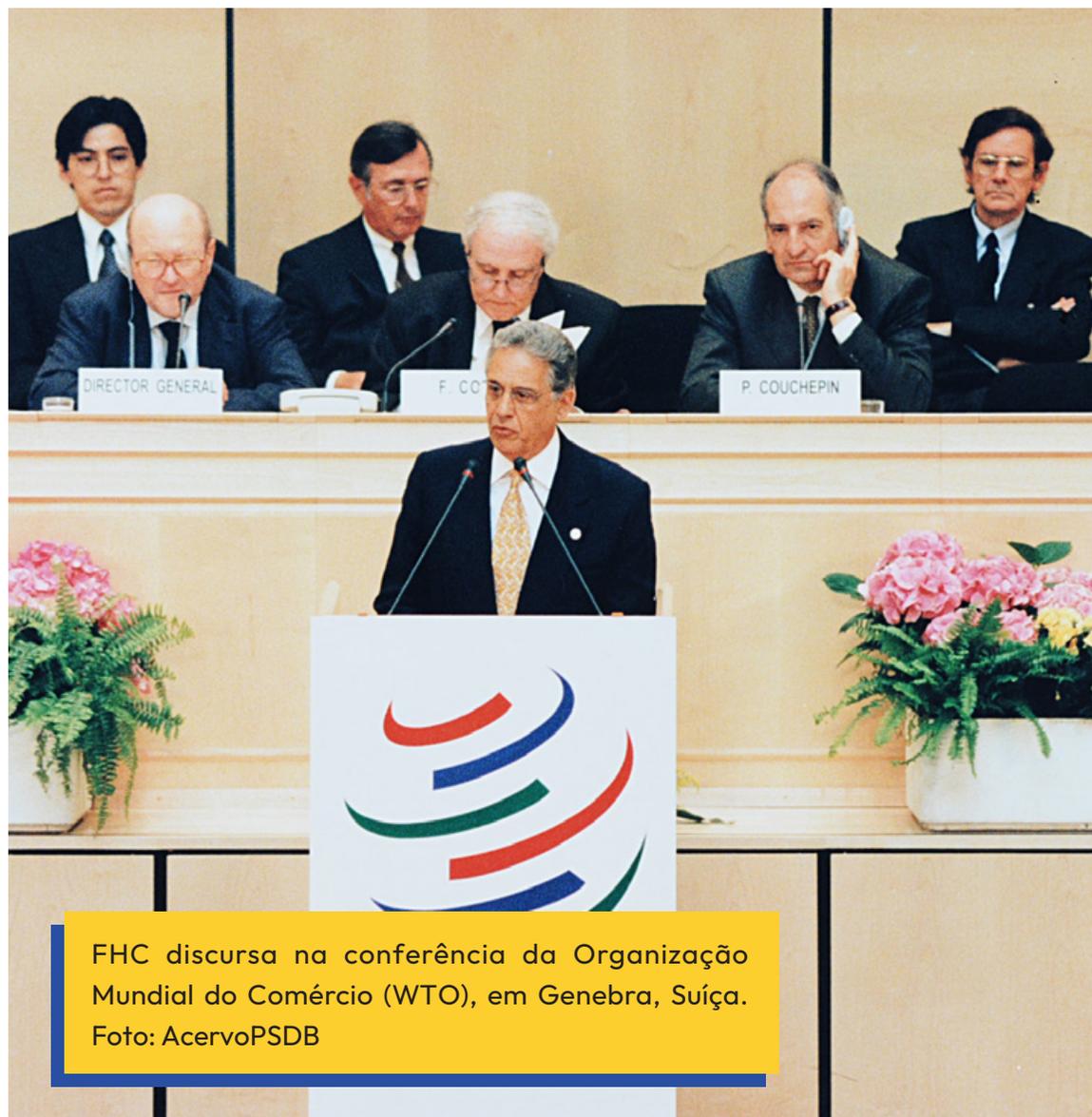
mínima para aposentadoria e novas regras de contribuição, buscando garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário diante das mudanças demográficas e econômicas do país.

Encerrando o período, o Brasil viveu um momento de reafirmação democrática com as eleições presidenciais de 1998, nas quais Fernando Henrique Cardoso foi reeleito no primeiro turno, resultado que refletiu o apoio popular às políticas de estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e modernização do Estado implementadas durante seu primeiro mandato.

Essas ações consolidaram a base institucional e econômica que sustentaria o segundo governo FHC, marcado pela continuidade das reformas, pelo aprofundamento da agenda social e pela inserção internacional do Brasil em um contexto de globalização e transformação tecnológica.



# GOVERNO FHC - 1999



FHC discursa na conferência da Organização Mundial do Comércio (WTO), em Genebra, Suíça.  
Foto: AcervoPSDB

O início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado por desafios econômicos e pela consolidação de uma nova etapa de reformas estruturais. Em 1999, o Brasil enfrentou uma crise cambial que levou o governo a adotar o regime de câmbio flutuante, acompanhado da implementação das metas de inflação e do superávit primário como fundamentos da nova política macroeconômica. Esse tripé se tornaria a base da estabilidade econômica brasileira nas décadas seguintes, garantindo previsibilidade fiscal e controle inflacionário.

Nesse mesmo contexto, teve início a elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal, que seria aprovada nos anos seguintes e se tornaria um dos marcos mais importantes da gestão pública brasileira, ao estabelecer limites e regras para o endividamento e os gastos de estados e municípios. Paralelamente, o governo lançou o Programa Avança Brasil, voltado ao planejamento de longo prazo em infraestrutura, com foco em obras estratégicas de transporte, energia e integração regional.

No campo social, foram criados e aprimorados programas voltados à juventude e às famílias em situação de vulnerabilidade. Destaca-se a criação do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano,



Ruth Cardoso, FHC e Clóvis Carvalho. Cerimônia de lançamento do Programa Comunidade Ativa. Autoria: Getúlio Gurgel. Produtor/ Instituição: Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação. Acervo Pres. F. H. Cardoso.

voltado a jovens de 15 a 17 anos, que combinava formação cidadã, atividades comunitárias e incentivo à permanência na escola. Também se destacam a instalação dos Núcleos de Apoio à Família, que mais tarde dariam origem aos atuais Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), fortalecendo a rede de proteção social básica nos municípios.

Na área da educação, foi instituído o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ampliando o acesso de jovens de baixa renda à universidade e promovendo a democratização do ensino superior no país. Já na área da saúde e segurança alimentar, o governo implantou o Cartão Alimentação, no âmbito do Ministério da Saúde, voltado ao combate à desnutrição e à promoção da segurança alimentar em famílias de baixa renda. Ainda na saúde, outro marco relevante foi a aprovação da Lei dos Genéricos (Lei nº 9.787/1999), que regulamentou a produção e comercialização de medicamentos genéricos no Brasil, ampliando o acesso da população a tratamentos de qualidade com menor custo e fortalecendo a política de medicamentos essenciais no Sistema Único de Saúde (SUS).

Essas medidas demonstram a continuidade da agenda de modernização do Estado e o compromisso do governo FHC com a estabilidade econômica, o fortalecimento das políticas sociais e a ampliação das oportunidades educacionais e de desenvolvimento humano.

# GOVERNO FHC - 2000

Os últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso foram marcados por uma agenda de consolidação institucional e fortalecimento das políticas sociais voltadas à redução das desigualdades regionais e à inclusão das populações mais vulneráveis. Nesse período, foi lançado o Programa Alvorada, iniciativa voltada aos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), integrando ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura básica. O objetivo era romper o ciclo da pobreza e promover o desenvolvimento local por meio de políticas públicas coordenadas entre diferentes ministérios.

Uma das inovações mais relevantes desse ciclo foi a criação do Cadastro Único, que se tornaria a base de todos os programas de transferência de renda do país nos anos seguintes, permitindo identificar as famílias em situação de vulnerabilidade e integrar os diversos benefícios sociais. Ainda no campo da gestão pública, foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um dos marcos mais importantes da administração pública brasileira, estabelecendo regras para o controle de gastos e o equilíbrio fiscal em todas as esferas de governo.



FHC e José Serra, ministro da Saúde.  
Foto: AcervoPSDB

No âmbito urbano, o governo aprovou o Estatuto da Cidade, que regulamentou o uso e a ocupação do solo urbano, introduzindo instrumentos de planejamento, participação popular e função social da propriedade, fortalecendo o papel dos municípios na gestão do território.

Na área de infraestrutura, houve avanço significativo na universalização do acesso à energia elétrica, levando eletrificação a regiões rurais e comunidades isoladas. Na educação, o Programa Bolsa Escola, coordenado pelo Ministério da Educação, foi ampliado e consolidado como uma das principais iniciativas de incentivo à permanência escolar, beneficiando milhões de famílias em todo o país.

No campo da proteção social, foi implantado o Programa Sentinela, voltado ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, que mais tarde evoluiria para o modelo dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O governo também implantou o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, introduzindo estratégias integradas entre União, estados e municípios no enfrentamento da violência urbana.

Outra iniciativa de destaque foi a implantação do Centro Nacional de Formação Comunitária, que ofereceu capacitação e oportunidades para jovens das periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador,

Recife e Belém, incentivando o protagonismo social e o engajamento cívico da juventude.

Por fim, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi expandido e passou a cobrir todos os municípios brasileiros, consolidando-se como uma das mais amplas e bem-sucedidas políticas públicas de combate ao trabalho infantil no mundo.

Essas ações reforçaram o caráter transformador do governo FHC, que aliou responsabilidade fiscal, inovação institucional e compromisso social, lançando as bases para um novo modelo de desenvolvimento com inclusão e sustentabilidade.



FHC ao lado dos ministros do segundo mandato. Foto: AcervoPSDB.

# GOVERNO FHC - 2001

Nos anos finais do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo consolidou importantes avanços na área social, educacional e institucional, aprofundando a integração entre políticas públicas e ampliando a rede de proteção social no país. Nesse período, foram criados dois programas de grande impacto: a Bolsa Alimentação, no âmbito do Ministério da Saúde, e o Auxílio Gás, sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, ambos voltados às famílias já inseridas em programas de transferência de renda. Essas iniciativas tinham como objetivo complementar o apoio financeiro às populações em situação de vulnerabilidade, garantindo segurança alimentar e acesso a itens essenciais.

No campo econômico e institucional, o governo promoveu uma ampla reforma do setor elétrico, voltada à modernização do sistema e à ampliação da capacidade energética do país, além de fortalecer o papel das agências reguladoras, criadas para garantir transparência, eficiência e estabilidade nas relações entre o Estado e o setor privado.

Na área da educação, o período foi marcado pela ampliação das universidades federais e pelo estímulo à educação técnica e profissionalizante, com o objetivo de preparar jovens e adultos para o mercado de trabalho e reduzir desigualdades regionais. Também foi implantado o Programa Bolsa Escola Federal, que consolidou, em âmbito nacional, o modelo de transferência condicionada de renda para famílias com filhos matriculados na escola — experiência pioneira do governo FHC que se tornaria base para os programas sociais unificados nos anos seguintes.

Outro avanço fundamental foi a implantação do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal em todo o Brasil, permitindo a integração e a racionalização das políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda. O Programa Alvorada, voltado ao combate à pobreza em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também foi ampliado e institucionalizado, passando a coordenar ações nas áreas de saúde, educação, geração de renda e infraestrutura social.



Durante viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso e do vice Marco Maciel, o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, assume interinamente a Presidência da República em junho de 2001. Foto: AcervoPSDB

Dentro dessa iniciativa, foi criada uma rede de “Portais do Alvorada” em 247 cidades com os mais baixos índices de desenvolvimento do país, cada um contando com cinco jovens mobilizadores locais responsáveis por promover atividades comunitárias, disseminar informações sobre programas sociais e incentivar a participação cidadã.

Essas medidas simbolizam o esforço do governo FHC em consolidar um novo modelo de gestão social integrada, baseado em responsabilidade fiscal, focalização das políticas públicas e valorização da cidadania, deixando um legado institucional que influenciaria profundamente a formulação das políticas sociais brasileiras nas décadas seguintes.

# GOVERNO FHC - 2002

O último ano do governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado por um processo de transição democrática responsável, que garantiu a manutenção da estabilidade econômica e a continuidade das principais políticas públicas estruturadas ao longo dos dois mandatos. O país encerrou o período com a inflação sob controle, as reservas internacionais fortalecidas e a economia estabilizada, consolidando o legado do Plano Real e da política de responsabilidade fiscal.

Na área social, o governo reforçou seu compromisso com a proteção das populações mais vulneráveis. Foi criado o Programa Sentinela, voltado à proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, uma iniciativa pioneira que estruturou a rede de atendimento especializado e inspirou a criação, anos depois, dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Outro marco importante foi a aprovação do Estatuto do Idoso, que estabeleceu direitos, garantias e políticas específicas para a terceira idade, representando um avanço significativo na legislação de proteção social e no reconhecimento da dignidade das pessoas idosas no Brasil.

O governo também promoveu a consolidação da rede de proteção social integrada, unificando programas como o Cadastro Único, a Bolsa Escola, a Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o Agente Jovem em um único instrumento de gestão e acesso, o Cartão do Cidadão. Essa integração permitiu maior eficiência administrativa, transparência no repasse de benefícios e uma atuação mais articulada do Estado junto às famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, houve uma ampliação do Programa Alvorada, que passou a alcançar mil municípios brasileiros com os menores índices de desenvolvimento humano, fortalecendo políticas de combate à pobreza, geração de oportunidades e inclusão social em todo o território nacional.

Essas ações marcaram o encerramento de um ciclo de governo pautado pela estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e inovação social, deixando bases sólidas para o avanço das políticas públicas brasileiras nas décadas seguintes.



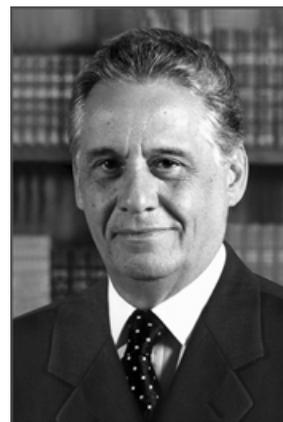
# GALERIA DE PRESIDENTES DO PSDB



José Richa  
(1988)



Mário Covas  
(1988)



Fernando Henrique  
Cardoso  
(1988)



Franco Montoro  
(1988 a 1991)



Tasso Jereissati  
(1991 a 1994)



Pimenta da Veiga  
(1994 a 1995)



Artur da Távola  
(1995 a 1996)



Teotônio Vilela Filho  
(1996 a 2001)



José Aníbal  
(2001 a 2003)



José Serra  
(2003 a 2004)



Eduardo Azeredo  
(2004 a 2005)



Tasso Jereissati  
(2005 a 2007)



Sérgio Guerra  
(2007 a 2013)



Aécio Neves  
(2013 a 2017)



Geraldo Alckmin  
(2017 a 2019)



Bruno Araújo  
(2019 a 2023)



Eduardo Leite  
(2023)



Marconi Perillo  
(2023 a 2025)

# GALERIA DE PRESIDENTES DO ITV



Lúcio Alcântara  
(1996–2001)



Yeda Crusius  
(2001–2003)



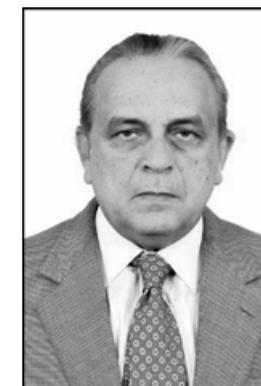
Sebastião Madeira  
(2003–2008)



Luiz Paulo Velloso  
Lucas  
(2008–2011)



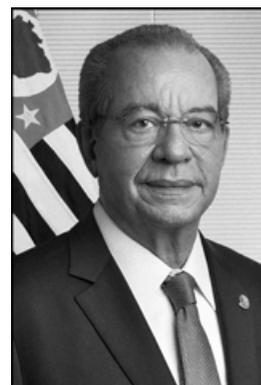
Tasso Jereissati  
(2011–2013)



Sérgio Guerra  
(2013–2014)



Luiz Paulo Velloso  
Lucas  
(2014–2015)



José Aníbal  
(2015–2017)



Tasso Jereissati  
(2017–2019)



Pedro Cunha Lima  
(2019–2023)



Aécio Neves  
(2023–2025)

# GOVERNADORES ELEITOS PELO PSDB



**Aécio Neves**  
(2002-2006 / 2006-2010)  
Minas Gerais



**Albano Franco**  
(1994-1998 / 1998-2002)  
Sergipe



**Almir Gabriel**  
(1994-1998 / 1998-2002)  
Pará



**Antônio Anastasia**  
(2010-2014)  
Minas Gerais



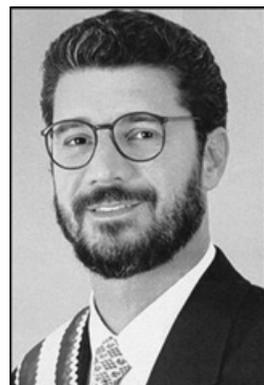
**Beto Richa**  
(2010-2014 / 2014-2018)  
Paraná



**Cássio Cunha Lima**  
(2002-2006 / 2006-2010)  
Paraíba



**Ciro Gomes**  
(1990-1994)  
Ceará



**Dante de Oliveira**  
(1994-1998 / 1998-2002)  
Mato Grosso



**Eduardo Azeredo**  
(1994-1998)  
Minas Gerais



**Eduardo Leite**  
(2018-2022 / 2022-2026)  
Rio Grande do Sul



**Eduardo Riedel**  
(2022-2026)  
Mato Grosso do Sul



**Geraldo Alckmin**  
(2002-2006 / 2010-2014  
2014-2018 )  
São Paulo



**Ivo Cassol**  
(2002-2006)  
Rondônia



**João Doria**  
(2018-2022)  
São Paulo



**José Anchieta Júnior**  
(2010-2014)  
Roraima



**José Ignácio Ferreira**  
(1998-2002)  
Espírito Santo



**José Serra**  
(2006-2010)  
São Paulo



**Lúcio Alcântara**  
(2002-2006)  
Ceará



**Marcello Alencar**  
(1994-1998)  
Rio de Janeiro



**Marconi Perillo**  
(1998-2002 / 2002-2006  
2010-2014 / 2014-2018)  
Goiás



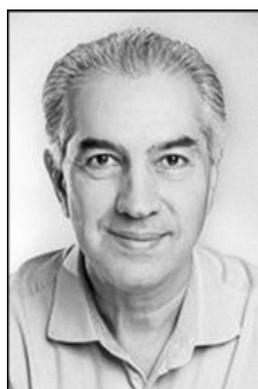
**Mário Covas**  
(1994-1998 / 1998-2002)  
São Paulo



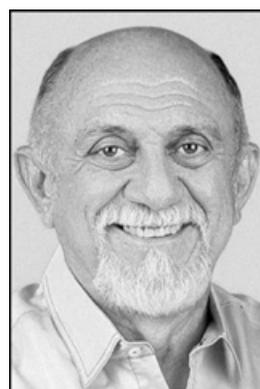
**Ottomar Pinto**  
(2006-2010)  
Roraima



**Raquel Lyra**  
(2022-2026)  
Pernambuco



**Reinaldo Azambuja**  
(2014-2018 / 2018-2022)  
Mato Grosso do Sul



**Simão Jatene**  
(2002-2006 / 2010-2014  
2014-2018)  
Pará



**Siqueira Campos**  
(2010-2014)  
Tocantins



**Tasso Jereissati**  
(1994-1998 / 1998-2002)  
Ceará



**Teotônio Vilela Filho**  
(2006-2010 / 2010-2014)  
Alagoas



**Yeda Crusius**  
(2006-2010)  
Rio Grande do Sul

# PRESIDENTES DOS SEGMENTOS DO PSDB



**Cinthia Ribeiro**  
(PSDB-Mulher)



**Gabriela Cruz**  
(Tucanafro)



**Edgard de Souza**  
(Diversidade Tucana)



**Rodrigo Rizzo**  
(Juventude PSDB)



**Leonardo Martins**  
(PSDB Agro)



# DIRETORIA EXECUTIVA DO ITV BIÊNIO 2023 A 2025

**Presidente:** Aécio Neves

**Diretor de Formação e Aperfeiçoamento:** Aspásia Camargo

**Diretor Marketing Político e Eleitoral:** Luiz Paulo Velloso Lucas

**Diretor Financeiro:** Pedro Henrique Pessoa

**Conselho Deliberativo:** Aécio Neves, Dalírio Beber,  
Daniel Trzeciak, Jorge Lopes Cançado, Nilson Pinto,  
Plínio Valério, Tasso Jereissati, Vitor Lippi, Aspásia Camargo,  
Giuseppe Vecci, Pedro H. Pessoa, Márcio Fortes, Luiz Carlos Jr.,  
Luiz Velloso Lucas, Beto Richa, Gilmar Knaesel, Rachel Teixeira,  
Zenaldo Coutinho, Thelma de Oliveira, Reinaldo Belli, Luciano  
Nunes, Luigi D'Angelo, Célia Leão, Moema São Thiago

# CONQUISTAS & LEGADOS

